

D  
E  
C  
L  
A  
R  
A  
Ç  
Ã  
O

Reconheço a Firma POR SEMELHANÇA  
DE AURELIANO CADEL FERREIRA

Escritório do Juiz de Direito  
Tabelião de notas oficiais de Registro Civil  
anexas  
Espigão D'Oeste-RO

C. D'Oeste de 1987  
em todo o território da cidade

Trabalha  
Mário Rufayashi

MADEREIRA REGENTE LTDA, firma infra assinada e estabelecida à Estrada Itaporanga Km 05-Espigão do Oeste-RO Defidamentl Incrita no Cadastro Geral de Contribuinte no Ministério da Fazenda-CGC/MF-05.876.834/0001-89, e Inscrição Estadual nº 23.904.513-5, Declara para os devidos fins, que esta/esta Serraria/O Sr. Dr. JORGE, que por sua vez identificou-se Assessor Especial, do Presidente da FUNAI Dr. ROMERO JUCAR FILHO, e que cumprindo ordem do mesmo veio paralisar retirada de madeiras e fazer apreensão dos Maquinários existentes na Area; Mas me propoz um acordo, da seguinte maneira: Se eu fornecesse uma importância de Cz\$-1.500,000,00 (Um Milhão e Meio de Cruzados), deixaria continuar normalmente / nosso trabalho na Area e retirada de madeiras; Sendo assim declaro de me colocar à disposição para melhores esclarecimentos.

Sendo só o que temos no presente momento, subscrevo-me mui...

Espigão do Oeste-RO-25 Setembro de 1.987.

*Aureliano C. Ferreira*  
MADEREIRA REGENTE LTDA

05876834/0001-89  
MADEREIRA REGENTE LTDA.  
ESTADO DE RONDÔNIA  
Cidade de Espigão do Oeste

O preço da Funai para a madeireira: Cz\$ 1,5 milhão

SERRARIA ARCO IRIS LTDA. X  
Rod. BR 364 - Km 227 - RIOZINHO - Mun. de Cacaul - Rondônia

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
COC 057024802217

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos a quem possa interessar, que esteve no escritório desta firma o Sr. JIMMY PEIXE MC INTYRE, que na oportunidade declarou através de documentos, sua posição de Assessor do Superintendente da 2ª SUER/FUNAI/CGB Sr. ERALDO FERNANDES e que cumprindo ordens deste acionaria as autoridades policiais da cidade de Cacaul, com a finalidade de embargo o comércio de madeiras e efetuar a apreensão dos maquinários existentes em áreas indígenas. Mas que se percebesse a quantia de Cz\$1.500.000,00 ( Um Milhão e Quinhentos Mil Cruzados ), que seria dividido com o Superintendente da 2ª SUER., deixaria de acionar o processo, caracterizando desta forma o crime de tentativa de extorção.

Sendo essa a verdade me coloco a disposição para maiores esclarecimento.

Riozinho (RO), 17 de Setembro de 1.987.

*José Antônio Jr.*  
SERRARIA ARCO IRIS LTDA  
DIRETOR

*Jimmy Peixe*  
PEIXE  
ASSASSOR

Reconheço a Firma  
20056  
EM  
28 SET 1987  
CACAUL

ESTADO DE RONDÔNIA  
Cidade de Cacaul

O preço da Funai para a serraria: Cz\$ 1,5 milhão

# Índio dá dinheiro

## A Funai é acusada de corrupção por empresas que atuam nas reservas indígenas de Rondônia

Cynthia Peter

Está nos jornais, nos noticiários de tevê e nos discursos dos ecologistas sem chamar a devida atenção - mas a 1.200 metros de altitude, sobrevoando Rondônia num pequeno bimotor Piper, a realidade finalmente se impõe e faz chorar. Rondônia está com sua mata destruída pelas mineradoras, pela colonização e grilagem e pelas madeireiras. As "derrubadas" de madeira se estendem a boa parte das reservas indígenas. E se pode observar a devastação nas áreas de Sete de Setembro e Roosevelt, onde os índios suruí e cintas-largas vão somando milhares de hectares desmatados numa sucessão de clareiras. O mesmo já começa a acontecer na área dos uru-eu-wau-wau e de Rio Branco (índios makurap) tudo isso com o estímulo da própria Fundação Nacional do Índio (Funai), que

firmou contratos com madeireiras locais.

Certamente, fatos como esses não são novos, mas, agora, denúncias ainda mais graves foram comprovadas. A Madeireira Regente Ltda. e a Serraria Arco-Iris, por intermédio de um sócio e de um diretor, respectivamente, assinaram declarações, com firma reconhecida em cartório, acusando os assessores Jorge Elias Suad e Jimmy Peixe Mc Intyre de tentativa de corrupção. No caso da Regente, Jorge, o assessor especial (coordenador do patrimônio indígena) do presidente da Funai, Romero Jucá Filho, é acusado de falar em nome de seu chefe avisando que seria paralisada a retirada de madeiras e apreendidas as máquinas que trabalhavam na área de Roosevelt (14 de Abril) e, em seguida, propor um acordo à madei-

reira. Nada seria feito se lhe fosse entregue Cz\$ 1,5 milhão. A assinatura é de Aureliano C. Ferreira, sócio da empresa que, inclusive, costuma trabalhar no local da derrubada.

No caso da Serraria Arco-Iris Ltda, a declaração é firmada pelo diretor da empresa, José Antônio Jr., e acusa Jimmy Peixe Mc Intyre, assessor do superintendente da Funai, Eraldo Fernandes da Silva, de propor o mesmo tipo de acordo, pelo mesmo Cz\$ 1,5 milhão. Segundo a declaração, Jimmy teria acrescentado, ainda, que o dinheiro seria dividido com o superintendente. As duas denúncias são endossadas pelo líder Oita Mina, dos cintas-largas, e também pelo cacique do grupo, Pio, que possuem os documentos comprobatórios. Eles dizem que o mesmo procedimento foi tentado com a Madeireira Noroeste, cujo representante, Manoel Antônio Alves Menezes, os teria procurado para denunciar o fato.

Na 2ª Superintendência da Funai, com sede em Cuiabá e jurisdição sobre Mato Grosso, Rondônia e

Roraima, Eraldo Fernandes, acompanhado de seu assessor, Jimmy, nega as acusações, embora admita a exploração de madeira. Em sua versão, o que ocorre é que os índios fazem acordo diretamente com as madeireiras, o que é desvantajoso para eles. A Funai, portanto, tenta regularizar a situação junto às madeireiras, por licitações e contratos para a retirada da madeira. Na medida em que a Funai "aperta" os madeireiros, exigindo a regularização, prejudica seus interesses, pois eles teriam de pagar o preço de mercado pela madeira. Os índios, por sua vez, também ficam insatisfeitos, de vez que perdem seus supostos privilégios - daí a campanha de acusações, com o objetivo de impedir a ação da Funai. O superintendente informou que fez requerimento à polícia de Cacoal para abertura de inquérito sobre retirada de madeira na área suruí. E que a polícia lá apreendeu, no último dia 8, seis caminhões e duas máquinas de esteira. Entretanto, índios e moradores locais negam que tenha havido qualquer ação da polícia.

Os depoimentos de Eraldo Fernandes e Jimmy Peixe apresentam contradições. Eraldo admite que seu assessor chegou a fazer contatos com os madeireiros das áreas suruí e cinta-larga para providenciar a regularização. Jimmy declara que tal contato não aconteceu devido à insegurança na área. Ele informa que numa reunião com lideranças indígenas, em Ji-Paraná, chegou a ficar preso pelos índios durante cinco horas, tendo sido pintado e ameaçado de morte. Os carros que serviam à equipe (havia mais dois funcionários da Funai) foram tomados pelos índios. O líder Oita Mina, por sua vez, admite que "correu" com Jimmy da área por ter descoberto seu envolvimento com as madeireiras. E informa que tomou as viaturas porque elas deviam estar a serviço das áreas indígenas, e há mais de 15 dias serviam à equipe de Jimmy, de 18 pessoas, rodando pelos bares e boates da cidade.

Eraldo e Jimmy acusam Oita Mina de ser uma liderança nociva, por fazer contratos pessoais com os madeireiros, embolsando todo o dinheiro. Contam que o índio anda armado com um revólver 45 e que comprou 35 armas na Bolívia para



Duda Benites/Agil

### Jucá: de olho na Prefeitura do Recife

seus seguidores, havendo um inquérito na Polícia Federal sobre o assunto. Na verdade, Oita Mina é um índio aculturado, que usa bermudas coloridas, uma pequena bolsa na cintura (onde não cabe uma arma 45) e tem um carro - velho e com o vidro lateral quebrado. Ele admite que comprou armas. Mas foram 25 chumbeiras (espingardas de caça) adquiridas em Guajará-Mirim, ou seja, no Brasil. "Eu tinha dinheiro para comprar seis metralhadoras, se quisesse, mas preferi armas de caça para a aldeia", defende-se o índio.

As acusações a Oita Mina podem fazer parte de um quadro de pressão para evitar as denúncias. Ele mesmo, funcionário da Funai na região, foi demitido há cerca de 15 dias. O clima em Riozinho, Espigão do Oeste e Cacoal é tenso. Até o sócio majoritário da Madeireira Regente (chamado Cláudio) - uma das que forneceram as declarações -, parece querer evitar complicações. Sua mulher informou que "não é nada disso", pois, afinal, o signatário da declaração não é o dono efetivo da empresa e que "isso deu a maior complicação lá na firma". Segundo ela, Cláudio tinha passado um mês viajando, e quando chegou havia essa declaração. "Ele anda nervoso com isso", diz sua mulher. A Funai afirma também que funcionários demitidos do órgão em Riozinho estariam instigando os índios. Mas sabe-se que alguns deles estão dispostos a assumir essas e outras denúncias, e só não o fize-

ram porque o gabinete da presidência do órgão teria proposto a readmissão e o afastamento de Eraldo Fernandes e Jimmy em troca do silêncio. Como, até o momento, o superintendente continua no seu lugar, pode-se supor que a Funai esteja evitando mexer no que pode ser um grande vespeiro: pois há centenas de outras denúncias ainda não documentadas. Elas passam, inclusive, pela manipulação de recursos humanos e financeiros em favor de interesses políticos de Romero Jucá - ligado ao senador Marco Maciel - que pretende ser prefeito do Recife, pelo PFL.

É certo que os próprios índios estão interessados em vender a madeira de suas reservas. Oita Mina tinha um contrato com a Madeireira Regente para a retirada de três mil metros cúbicos de mogno, cerejeira e cedro da área 14 de Abril, em Roosevelt. Mas segundo Ivar Luiz Busatto, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de Cuiabá, esta é "uma tentativa louca dos índios para resolverem seus problemas, pois a Funai os deixa completamente desassistidos". Não há médico para resolver a questão da tuberculose entre os suruí. Há cinco meses o avião da Funai não leva sequer uma aspirina aos cintas-largas de Tenente Marques, que não têm outro meio de acesso rápido. A Fundação tem dívidas numerosas na região e perdeu o crédito na praça.

A situação dramática, admitida em termos menos duros pelo próprio Eraldo Fernandes ao se queixar da falta de recursos humanos, materiais e financeiros, levou os índios ao desespero, segundo o Cimi. Eles apelaram, então, para o negócio com as madeireiras e "alguns estão atordoados". O estranho, entretanto, é que a Funai estimule, com seus contratos, a retirada de madeiras indígenas, quando sua função é preservar o patrimônio das comunidades. E os contratos da Funai são bem mais ousados do que os dos índios: cinco mil metros cúbicos de mogno em Rio Branco e 9.322 metros cúbicos de cerejeira, ipê, mogno, angelim e cedro na área dos uru-eu-wau-wau, por exemplo. Numa zona de média concentração de madeiras nobres, cada 1.000 metros cúbicos de ma-

o desmatamento de 1.000 hectares.

Segundo o indigenista Apoena Meirelles, ex-presidente da Funai, da qual se demitiu em maio de 86, os contratos da Funai e a desassistência que leva os índios a desejarem contratos próprios são os melhores meios para fazer com que tanto os indígenas quanto seu órgão tutelar sejam os responsáveis pela dilapidação do patrimônio indígena. Sertanista há 20 anos, ele conclui que esse processo acabará levando à conclusão de que os índios não precisam e não merecem a terra que têm. O que será a melhor justificativa para paralisar a criação e demarcação de reservas, promover sua redução ou mesmo anulação. Indicador desta tendência parece ser um malicioso relatório noticiado pela imprensa, saído do próprio Palácio do Planalto. O documento informa que a área de pretensão indígena é de 85 milhões de hectares (estão demarcados 27 milhões), o que daria 414 hectares/índio brasileiro, enquanto nos EUA a média é de 18 hectares/índio. Isso parece sugerir que há terra em excesso para nossos índios, justificando as preocupações de Apoena. "As comunidades indígenas anteriormente eram dizimadas pelo marasmo e inoperância dos órgãos públicos. Hoje, soma-se a dilapidação do seu patrimônio pelo roubo dos colarinhos brancos que atualmente habitam a Funai. Deixar de apurar as denúncias é cometer novo genocídio contra essas comunidades", afirma Apoena Meirelles.



Assessoria

**Eraldo: acusado por seu "cobrador"**